

## ÍNDICE ANALÍTICO DAS MATÉRIAS

<i>Obras do Autor</i> .....	XIII
Introdução .....	I

### Capítulo 1

#### DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. <i>Direito das Obrigações</i> – A divisão do Direito Civil em partes <i>especiais</i> . Direitos pessoais-patrimoniais: direitos reais e direitos de crédito. Terminologia: direito das obrigações; direitos de crédito. Parte Geral do Direito das Obrigações; divisão da matéria. Parte especial .....	7
2. <i>Importância</i> – Aplicação do princípio da autonomia da vontade. Influência na vida econômica. Importância numérica.....	9
3. <i>Localização</i> – Procedência de seu estudo na parte especial do Direito Civil; razões que a justificam. Preordenação na Parte Geral. Obrigações em outra parte do Direito Civil .....	10
4. <i>Plano da obra</i> – Divisão do Livro III do Código Civil, Parte Geral: modalidades das obrigações; efeitos das obrigações; cessão de crédito .....	11
5. <i>Dever jurídico. Sujeição. Ônus jurídico</i> .....	13

### Capítulo 2

#### A OBRIGAÇÃO

6. <i>Conceito</i> – A obrigação vista pelo lado passivo; definição. A definição das <i>Institutas</i> ; crítica. A prestação; o conceito de Paulo. A obrigação vista pelo lado ativo; direito de crédito; a pretensão. Conceito: o dever de prestar e o direito de crédito; a sujeição do patrimônio do devedor .....	15
7. <i>Estrutura da obrigação</i> – Vínculo entre dois sujeitos de direito; sujeito ativo e sujeito passivo. Relações obrigacionais simples e complexas. Objeto da relação; a prestação. Objeto e conteúdo da relação obrigacional. O fato e a garantia .....	17
8. <i>Sujeitos</i> – Quem pode ser sujeito. Capacidade negocial e delitual. Sujeito singular. Pluralidade de credores, ou de devedores. Integração de uma parte por várias pessoas. Determinação dos sujeitos. Sujeitos determináveis. Obrigações ambulatorias. Obrigações reais. Auxiliares dos sujeitos; representantes, nuncios, auxiliares executivos .....	18
9. <i>Objeto</i> – A prestação. Patrimonialidade da prestação. Interesse do credor e objeto da prestação. A prestação como atividade e como resultado. Obrigações de meios e obrigações de resultado. Em que consiste a atividade do devedor.....	20

10. <i>Conteúdo</i> – Relação crédito-débito. O poder do credor e a sujeição do devedor. A pretensão. Crédito e pretensão; distinção. Faculdades do credor; direitos potestativos; faculdades legais, exceções. Direitos auxiliares e acessórios. Dever de prestar; responsabilidade do devedor. Extinção da obrigação e do crédito. Acréscimos. Cômulo de representação.....	21
11. <i>Fato jurídico</i> – O fato como pressuposto. Transformação do fato em vínculo jurídico. Fatos do comércio jurídico. Negócios jurídicos. O dano .....	23
12. <i>Garantia</i> – Realização normal do dever de crédito. Execução coativa. Garantia e ação. Aspectos da proteção jurídica dos créditos .....	23
13. <i>A obrigação no Direito moderno</i> – O vínculo no Direito romano. Impessoalidade e transmissibilidade no Direito moderno. A obrigação como valor. Teoria sobre o conceito de obrigação. Doutrina de Savigny. Relações entre patrimônio. Concepção clássica .....	24

### Capítulo 3

#### FONTES DAS OBRIGAÇÕES

14. <i>Observações preliminares</i> – Necessária distinção entre causa eficiente e condição determinante. Distinção entre fonte imediata e fontes mediatas. Fatos constitutivos das obrigações. Classificação das fontes mediatas. Código Civil italiano .....	27
15. <i>As fontes das obrigações no Direito romano</i> – Textos atribuídos a Gaio. Fragmento do <i>Digesto</i> . As <i>Institutas</i> . Divisão quadripartida .....	29
16. <i>Classificação quadripartida</i> – Classificação do Código Civil francês; críticas. Classificação do antigo Código Civil italiano. Classificação de Planiol.....	29
17. <i>Classificação analítica</i> – Várias figuras. Discriminação; contrato, declaração unilateral de vontade, atos coletivos, pagamento indevido, enriquecimento sem causa, ato ilícito, abuso de direito, situações de fato .....	30
18. <i>Classificação sintética</i> – Correspondência das fontes e classificação dos fatos jurídicos <i>lato sensu</i> . Negócios jurídicos e fatos extranegociais. Negócios jurídicos; contratos, negócios unilaterais, atos coletivos. Fatos extranegociais: atos jurídicos <i>stricto sensu</i> , atos ilícitos; abuso de direito; acontecimentos naturais; fatos materiais; situações especiais. Importância da distinção.....	30
19. <i>Negócio jurídico</i> – Negócios unilaterais e bilaterais. O princípio da autonomia da vontade. Fatos constitutivos de caráter negocial. Contratos e atos coletivos. As promessas unilaterais .....	32
20. <i>Negócios unilaterais</i> – O testamento. Promessas unilaterais.....	32
21. <i>Atos ilícitos e abuso de direito</i> – Obrigações provenientes de atos ilícitos. Responsabilidade civil. Dever de indenizar. O abuso de direito como fonte de obrigações.....	33

### Capítulo 4

#### OBJETO DA OBRIGAÇÃO

22. <i>Objeto da prestação. Requisitos</i> – Objeto da prestação; dar, fazer, e não fazer. Requisitos da prestação .....	35
23. <i>Prestação possível</i> – Lícita e determinável. Impossibilidade: originária, superveniente, objetiva, subjetiva, total, parcial .....	35

24. <i>Prestação lícita</i> – Causa da obrigação e licitude da prestação. Quando a prestação é ilícita; proibições virtuais. Prestação ilícita e prestação juridicamente impossível .....	36
25. <i>Prestação determinável</i> – Prestação determinada. Obrigação genérica e prestação determinável. Coisas de gênero limitado. Concentração do débito. Determinação da prestação .....	37
26. <i>Espécies</i> – Critérios de classificação. Divisão pelo objeto: Prestações positivas e negativas. Subdivisão das prestações de dar; prestações de dar e de fazer. Subdivisão das prestações de dar; prestações de dar coisa certa e de dar coisa incerta. Subdivisão das prestações de fazer. Divisão pelo modo de execução: prestações instantâneas e contínuas. Divisão pela composição: prestações únicas e múltiplas .....	38
27. <i>Prestações positivas</i> – Prestação de coisas e prestação de fatos; em que consiste. Prestações mistas. Distinção entre obrigações de dar e de fazer. Distinção entre prestações de coisas e de fatos. Prestações de coisas: determinadas e determináveis. Obrigações de dar coisa certa; consequências da perda ou deterioração da coisa. Prestação de restituição. Obrigações de dar coisa incerta. Prestação de fatos: fungíveis e não fungíveis. Impossibilidade superveniente .....	38
28. <i>Prestações negativas</i> – Obrigações de não fazer, fim. Objeto das prestações negativas: abstenção e ato de tolerância; deveres permissíveis. Quando se evidenciam as prestações negativas. De que resultam .....	41
29. <i>Prestações instantâneas e contínuas</i> – Noção. Conceito de continuidade. Contratos de execução continuada ou trato sucessivo. Prestações isoladas e reiteradas .....	42
30. <i>Prestações simples e complexas</i> – Prestações simples; unidade de efeito. Prestação complexa; conceito. Prestação complexa e pluralidade de prestações; distinção .....	43

## Capítulo 5

### PRESTAÇÕES ESPECIAIS (RA): A DÍVIDA DE INDENIZAÇÃO (RA)

31. <i>Prestações especiais</i> – Obrigações de dar, com prestações especiais. Dívida pecuniária. Dívida de indenização. Dívida de interesse .....	45
32. <i>Prestação pecuniária</i> – Objeto. Conceitos de dinheiro. Quando o dinheiro é objeto de prestação pecuniária. Formas por que se apresenta a dívida de dinheiro. Dívidas de simples quantia. A obrigação pecuniária como dívida de soma de valor. Como deve ser satisfeita a prestação pecuniária. Cláusula-ouro. Unidade monetária. Moeda estrangeira. Cláusula de estabilização .....	45
33. <i>Dívidas de valor</i> – Dívida pecuniária e dívida de valor; distinção. Risco da desvalorização nas dívidas de valor .....	49
34. <i>Prestação de indenização</i> – A reparação dos danos. Causas da obrigação de indenizar. Obrigação de indenizar: primária e secundária. Espécies de dano; concreto e matemático; direto e indireto; material e imaterial; por inadimplemento e por frustração da confiança .....	50
35. <i>Princípios a que se subordina</i> – Princípios relativos à extensão e ao modo de cumprimento da obrigação de indenizar. A indenização cabal; dano emergente e lucro cessante. Processos de reparação: reposição natural e satisfação de prestação pecuniária – <i>Compensatio lucri cum damno</i> .....	52
36. <i>Prestação de juros</i> – A retribuição do capital. Traços característicos da obrigação de juros. Determinação dos juros. Cálculo dos juros. Juros contratuais. Juros legais. Juros moratórios. A questão do anatocismo, juros e outros frutos civis; dividendos e rendas. Amortizações .....	53



## CAPÍTULO 6

## ATOS ILÍCITOS

37. *Aspectos da antijuridicidade* – Desconformidade entre o ato e a norma. Desconformidade pura e simples; sanção: a nulidade do ato. Ato praticado contra direito; lesão a direito subjetivo. Antijuridicidade subjetiva. Antijuridicidade objetiva. Distinção. Quando é ilícito o ato antijurídico. Características do ato ilícito ..... 57
38. *Responsabilidade delitual* – A indenização. Relação obrigacional proveniente de ato ilícito. Patrimonialização da pena civil; evolução. O art. 1.382 do Código de Napoleão. O ato ilícito como fonte de obrigações. Campo da responsabilidade delitual ..... 58
39. *Ato ilícito. O abuso de direito* – Caracterização; dificuldades. O dano. Fato ilícito e fato danoso; distinção. Dever de indenizar independente da prática de ato ilícito; responsabilidade objetiva. Violação de direitos personalíssimos. Atos que violam normas de proteção e atos contrários aos seus bons costumes. Elemento subjetivo: a culpa. Responsabilidade, conceito. Definição de ato ilícito ..... 59
40. *Pressupostos do ato ilícito* – Lesão de um direito personalíssimo. Lesão de um direito real. Violação de preceito legal de tutela de certos interesses. Bens jurídicos cuja lesão constitui ato ilícito. Sistema discriminatório. Sistema sintético ..... 62
41. *Elementos do ato ilícito* – Elementos: objetivo e subjetivo. Elemento objetivo ou material: o dano. Elemento subjetivo: a culpa. Necessidade do dano. A culpa como fundamento da responsabilidade. Violação da lei; ofensa injusta a direito alheio ..... 63
42. *Modalidades do ilícito civil* – A antiga divisão: delito e quase delito. Ato ilícito doloso e culposo. Desnecessidade da distinção. Interesse relativo da sua aceitação. Classificação de Liszt ..... 64
43. *Delito civil e delito penal* – Distinção entre delito civil e delito penal. Critérios distintivos. Adversários da distinção. Pressupostos das duas espécies de responsabilidade. Influência recíproca da jurisdição civil e criminal. Tendências doutrinárias diversas. Preclusão estabelecida pela sentença criminal; quando se verifica. Quando não influi ..... 65

## CAPÍTULO 7

## ELEMENTOS DO ATO ILÍCITO

44. *Conceito de culpa* – Significado do vocábulo em Direito Civil. Culpa no sentido clássico; desvio de comportamento. Culpa e injúria; distinção. Culpa e dano; distinção. Elementos para a verificação da culpa. A culpa, elemento do ato ilícito ..... 67
45. *Modificações do conceito clássico de culpa* – Modificações propostas. Confusão entre culpa e nexos causal. Confusão entre culpa e dano. Teoria da culpa preexistente. Objetivo das tentativas para alargar o conceito de culpa ..... 68
46. *Qualificação do ato ilícito* – Qualificação pela culpa *lato sensu*. Dolo e culpa *stricto sensu*. Conceito de negligência ..... 70
47. *Graus da culpa* – Culpa grave, leve e levíssima; diferença. O tipo abstrato do bom pai de família. Distinção entre culpa contratual e extracontratual ..... 71
48. *Apreciação da culpa* – Culpa *in abstrato* e culpa *in concreto*. Apreciação da culpa *in abstrato*; padrão de referência. Apreciação *in concreto* da culpa. Individualização da culpa. Preferência pelo critério da culpa *in abstrato* ..... 72



49. <i>Culpa presumida</i> – Presunções de culpa. Presunção absoluta e relativa. Mecanismo da culpa presumida. Culpa <i>in vigilando</i> e culpa <i>in eligendo</i> . Natureza da culpa .....	73
50. <i>Imputabilidade</i> – Conceito. Imputabilidade e capacidade de agir; distinção. Dispensa da imputabilidade. Responsabilidade fundada na equidade .....	74
51. <i>Conceito de dano</i> – Dano patrimonial e extrapatrimonial. Em que consiste o dano. <i>Damnum emergens</i> . <i>Lucrum cessans</i> . Critério de avaliação do dano.....	75
52. <i>Dano patrimonial e extrapatrimonial</i> – Dano moral. Direito da vítima a uma satisfação. Dano moral puro e dano moral que repercute no patrimônio. Objeções à reparação do dano moral. Compensação e ressarcimento. Modos de satisfação. Posição das legislações em relação à reparação do dano moral. O Código Civil pátrio.....	75
53. <i>Dano direto e indireto</i> – Dano direto; conceito. Dano indireto. Lucro cessante e dano indireto. Indenização excepcional de danos indiretos .....	78
54. <i>Nexo causal</i> – Relação de causa e efeito entre o ato e o dano. Conexão causal; dano decorrente de abstenção. Determinação do nexo causal; causas sucessivas. Concorrência de causas; critérios: equivalência das condições; causalidade adequada; causalidade imediata. Dano produzido por várias pessoas; causalidade comum, concorrente e alternativa. Prova do nexo causal .....	79

## CAPÍTULO 8

### RESPONSABILIDADE (RA) CIVIL (RA)

55. <i>Delimitação do assunto</i> – Teoria da responsabilidade civil; fontes da obrigação de indenizar. Responsabilidade contratual e delitual. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade e garantia. Insuficiência da noção de culpa.....	83
56. <i>Evolução da teoria da responsabilidade</i> – Causas materiais. A doutrina de Saleilles. As ideias de Josserand. Multiplicação dos riscos. Processos tendentes a alargar o campo da responsabilidade. Eliminação da ideia de culpa. Doutrina alemã. A associação da ideia de risco à de proveito. Coexistência dos dois sistemas de responsabilidade. Responsabilidade de equidade.....	85
57. <i>Persistência da culpa</i> – Primado da responsabilidade subjetiva. Culpa e risco. Responsabilidade delitual: seu fundamento. O Código Civil pátrio: art. 159 (RA) CC/1916, correspondentes arts. 186 e 927 CC/02 (RA).....	88
58. <i>Legitimação</i> – Sujeitos da relação obrigacional. Legitimação na responsabilidade delitual. Pretensão de indenização. Sujeito ativo; a vítima. Prejudicados diretos e indiretos. Dependentes econômicos da vítima; legitimação excepcional. Legitimação quando há prejudicados direta e indiretamente. Legitimação passiva; pluralidade de agentes. Responsabilidade coletiva. Responsabilidade indireta. Imputabilidade. Culpa preexistente .....	89
59. <i>Conteúdo da relação obrigacional</i> – A pretensão do prejudicado. Reposição natural e indenização. Ação preventiva .....	91
60. Espécies de responsabilidade civil.....	92

## CAPÍTULO 9

### RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO DO DEVER DE VIGILÂNCIA

61. <i>Qualificação</i> – Responsabilidade por ato de outrem; impropriedade da expressão. Culpa presumida. O dever de vigilância. Culpa <i>in vigilando</i> . Responsabilidade por infração do dever de vigilância; casos. Quando se verifica .....	95
---	----

62. <i>A culpa in vigilando no Direito Pátrio. Arts. 1.521 e 1.523 do Cód. Civil (RA)/1916, correspondentes arts. 932 e 933 CC/02 (RA)</i> – A disposição do art. 1.521. O art. 1.523 (RA)/1916, correspondente art. 933 CC/02 (RA). Código de Menores <sup>1</sup> Inteligência dos dois preceitos do Código. Antinomia. Controvérsias. Exegese correta. Responsabilidade por culpa própria dos culpados por presunção; infração do dever de vigilância. Presunção <i>juris tantum</i> . Inversão do ônus da prova. Dificuldade da prova. <i>Diligentia in eligendo</i> . Ação contra o causador direto do dano .....	96
63. <i>Responsabilidade dos pais</i> – Responsabilidade dos pais. Filhos menores. Requisitos complementares. Menores de 21 e maiores de 16 anos; art. 156 do Cód. Civil (RA)/1916 (RA). Filho emancipado. Capacidade de discernimento do menor. Proibição da ação regressiva ....	99
64. <i>Responsabilidade dos tutores e curadores</i> – Fundamento. Dever de vigilância. Direito regressivo. Responsabilidade dos curadores. Irresponsabilidade dos curatelados .....	101
65. <i>Responsabilidade dos empregadores</i> – Importância prática. Culpa <i>in eligendo</i> . Poder diretivo do empregador. Presunção relativa de culpa. Existência de relação funcional. Danos causados por ocasião do trabalho. Caracterização do empregador. Direito regressivo .....	101
66. <i>Responsabilidade das pessoas jurídicas</i> – Responsabilidade dos administradores. Responsabilidade pelos atos praticados pelos empregados. Responsabilidade patronal. Pessoas jurídicas de direito público; remissão .....	103
67. <i>Responsabilidade por fato de animais</i> – Infração do dever de vigilância. Dever de guarda. Variação do dever de vigilância. Responsabilidade do dano. Responsabilidade do detentor. Casos em que a responsabilidade é excluída. Animal roubado; culpa preexistente.....	104

## CAPÍTULO 10

### RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO DO DEVER DE GUARDA E DE CONTROLE

68. <i>Generalidades</i> – Responsabilidade pelo fato de coisa; impropriedade da expressão. Danos produzidos por intermédio de coisas. Responsabilidade por infração do dever de guarda e controle. Fato do homem. Quando há dever de guarda. Lacuna do Código Civil. Fundamento da responsabilidade, a culpa .....	107
69. <i>Modalidades da culpa pelo “fato” da coisa</i> – Distinções importantes; confusão entre o fato da coisa e o fato do homem; coisa sobre a qual o homem não está exercendo controle; coisas sob guarda .....	108
70. <i>Culpa na guarda</i> – A obrigação de guarda. Violação desse dever. Negligência ou incúria do guardião. Culpa na guarda. Responsabilidade por infração do dever de guarda .....	109
71. <i>Culpa no controle</i> – Coisas perigosas. Confusão entre o “fato da coisa” e do homem. Infração do dever de controle. Insuficiência da teoria subjetiva. Dificuldade de provar a infração. Recursos utilizados para justificar a responsabilidade de quem controla a coisa. Inclinação para a doutrina do risco. Dever de guarda e dever de controle; distinção .....	109
72. <i>Culpa por fato indireto</i> – Casos em que não há dever de guarda. O nexo de causalidade. Responsabilidade baseada na culpa .....	111
73. <i>Responsabilidade por infração do dever de controle</i> – Coisas perigosas; aplicação da teoria do risco. Danos causados por automóvel. Infração do dever de controle. Deveres expressos no Código de Trânsito. Imperícia do motorista. Danos em consequência da velocidade. Presun-	

1 Trata-se hoje do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90.



ção de culpa. Responsabilidade decorrente de culpa na guarda; furto do automóvel. Veículos de transporte coletivo.....	111
--	-----

## CAPÍTULO 11

### RESPONSABILIDADE SEM CULPA

74. <i>Casos</i> – Impropriedade da expressão “responsabilidade”. Garantia. Dever de indenizar imposto pela lei; criação do risco especial; exercício de certos direitos. Teoria do risco. Casos de responsabilidade sem culpa. Casos de responsabilidade pelo exercício de certos direitos...	113
75. <i>A responsabilidade sem culpa no Direito pátrio</i> – No Código Civil <b>(RA)</b> /1916 <b>(RA)</b> ; arts. 1.528, 1.529 <b>(RA)</b> correspondentes arts. 937, 938 CC/02 <b>(RA)</b> e 1.546. Responsabilidade por acidentes no trabalho. Responsabilidade das empresas ferroviárias. Responsabilidade das empresas aeronáuticas. Responsabilidade pelo exercício de um direito; arts. 160, 1.519, 1.520, 1.540, 560, 564, 567, 541 <b>(RA)</b> correspondentes arts. 188, 929, 930, 1.251, 1.285, 1.289, 1.293 CC/02 <b>(RA)</b> .....	114
76. <i>Responsabilidade sem culpa no Código Civil</i> – Controvérsias. Responsabilidade decorrente da ruína de edifícios. Responsabilidade proveniente das coisas lançadas ou caídas em lugar indevido: distinção. <i>Actio de effusis et dejectis</i> . Responsabilidade do farmacêutico; presunção absoluta de culpa. Solidariedade.....	115
77. <i>Responsabilidade sem culpa fora do Código Civil</i> – O Decreto Legislativo nº 2.681, de 1912. Danos causados aos proprietários marginais à linha férrea. Danos sofridos pelos passageiros. Danos causados a terceiros. Acidentes do trabalho; remissão. O Código Brasileiro de Aeronáutica.....	115

## CAPÍTULO 12

### LIQUIDAÇÃO DOS DANOS

78. <i>Modos de fixar a indenização</i> – <i>A estimatio damni</i> ; finalidade. Em que deve consistir a indenização. Liquidação legal, convencional e judicial .....	117
79. <i>Liquidação legal</i> – Que se deve entender por liquidação legal. Elementos constitutivos da indenização; em caso de homicídio; de ferimento ou ofensa à saúde; de deformação; de ofensa à honra. Incapacidade física da vítima; permanente, temporária, total, parcial. Usurpação ou esbulho de alheio; restituição da coisa. Valor estimativo da coisa. Normas gerais .....	118
80. <i>Liquidação convencional</i> – Liquidação amigável; transação. Correspondência subjetiva entre o dano e a reparação. Liquidação convencional quando há seguro .....	120
81. <i>Liquidação judicial</i> – Arbitramento no curso da ação de indenização. Laudo pericial; valor. Simplificação do arbitramento. Avaliação do dano. Limitação da quantia arbitrada ...	120
82. <i>Formas de reparação</i> – A reposição natural; dificuldade de obtê-la. Reparação pecuniária; determinação do <i>quantum</i> . Forma de pagamento; pagamento de capital e pagamento de renda. Vantagens e desvantagens das duas formas. Eliminação das desvantagens do sistema de pagamento de renda. Preferência da vítima pelo pagamento de capital; admissibilidade .....	121
83. <i>A ação de indenização</i> – Pretensão de indenização e direito de crédito; distinção. Quando nasce o direito de crédito. Quando nasce a pretensão. Dificuldade de determinar o exato momento em que o ato ilícito se consuma. Quem está legitimado a propor a ação de indenização.	

Transmissão <i>mortis causa</i> do direito a ação. Sujeito passivo da relação processual. Corresponsabilidade. A prova na ação de indenização. A sentença. Extinção da ação de indenização; renúncia, transação; prescrição .....	122
Referências Bibliográficas .....	125
Índice Alfabético de Assuntos.....	131